



SARAH TORRES

Em Reunião Extraordinária, Plenário da ALMG aprovou, ontem, grande número de proposições

## Plano Estadual de Educação é aprovado em 1º turno

**Projeto traz diretrizes, objetivos e metas para esta área no Estado pelos próximos dez anos**

O Plenário da Assembleia Legislativa (ALMG) aprovou ontem, em 1º turno, o Projeto de Lei (PL) 2.882/15, do governador Fernando Pimentel (PT), que traz o Plano Estadual de Educação (PEE).

A proposição foi aprovada em Reunião Extraordinária, na forma do substitutivo nº 2, da Comissão de Administração Pública, com as emendas nº 1, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e nº 18, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

O projeto define diretrizes, objetivos, metas e estratégias para a área de educação no Estado pelos próximos dez anos e vai substituir o Plano

Decenal de Educação, aprovado pela Assembleia em 2011, com vigência até 2020, mas que será revogado pela nova norma. A elaboração do plano estadual foi necessária após a edição de um novo Plano Nacional de Educação (PNE), por meio da Lei Federal 13.005, de 2014, com vigência até 2024.

O substitutivo nº2, aprovado pelo Plenário, teve como objetivo aprimorar o texto e inclui as sugestões apresentadas pela sociedade através do Fórum Técnico Plano Estadual de Educação. O PL segue agora para análise de 2º turno da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

## Questão sobre passivo financeiro da Uemg já pode ir a 2º turno

Também foi aprovado em 1º turno, pelo Plenário, o PL 5.429/18, do governador, que autoriza o Estado a assumir o passivo financeiro das fundações associadas à Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg). A proposição foi aprovada em sua forma original e segue para a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para parecer de 2º turno. O valor total da dívida a ser assumida pelo Estado está estimado em R\$ 100.712.425,09 e corresponde ao passivo de seis fundações de educação superior da Uemg, cujas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão

acadêmica foram absorvidas pela instituição, em decorrência da Lei 20.807, de 2013.

As seis unidades de que trata o projeto são as fundações educacionais de Carangola, do Vale do Jequitinhonha, de Ituiutaba e de Divinópolis; e as de Ensino Superior de Passos e Cultural Campanha da Princesa. O Executivo argumentou que a dívida a ser paga é inferior ao valor patrimonial das fundações, avaliado em R\$ 150 milhões, ou seja, R\$ 50 milhões a mais do que o montante devido. De acordo com essa interpretação, não haveria prejuízo para o Estado, mas sim um crescimento patrimonial.

## PL combate violência obstétrica em Minas Gerais

Na mesma Reunião Extraordinária de ontem, os parlamentares aprovaram, em 1º turno, o Projeto de Lei (PL) 4.677/17, da deputada Geisa Teixeira (PT), que trata da implantação de medidas de informação e proteção à gestante e parturiente contra a violência obstétrica em Minas Gerais. O texto foi aprovado na forma do substitutivo nº 1, da Comissão de Saúde, e agora será analisado novamente pela mesma comissão, em 2º turno.

O substitutivo modifica a ementa da proposta, que passa a dispor sobre a garantia de atendimento humanizado à gestante, à parturiente e à mulher em situação de abortamento, para prevenção da violência na assistência obstétrica no Estado. O projeto original enumera e detalha 21 condutas como sendo de violência obstétrica, entre elas "fazer a gestante ou parturiente acreditar

que precisa de uma cesariana, quando esta não se faz necessária, utilizando de riscos imaginários ou hipotéticos não comprovados".

**DIREITOS** - Também foi aprovado em 1º turno o PL 924/15, do deputado André Quintão (PT), que, originalmente, dispõe sobre os direitos do usuário dos serviços, dos programas, dos projetos e dos benefícios da assistência social do Estado. O projeto teve o aval dos parlamentares na forma do substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as emendas nºs 1 a 3, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social. Esta mesma comissão analisará novamente a proposição em 2º turno.

O substitutivo propõe nova redação para os direitos dos usuários do Sistema Único de Assistência Social (Suas), de forma a torná-los mais abrangentes.

## Outras propostas avaliadas positivamente

• **Processos judiciais** - PL 5.302/18, do governador, em 1º turno, que visa desburocratizar e reduzir os processos judiciais do Estado.

• **Servidores** - Data-base de servidores e recomposição salarial de servidores do Ministério Público, do TJMG, do Tribunal de Contas e do Legislativo.

• **Polo Agroecológico** - PL 4.029/17, em 1º turno, que institui a Zona da Mata como Polo Agroecológico e de Produção Orgânica, de autoria do deputado Rogério Correia (PT). O projeto recebeu o aval dos parlamentares na forma do substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a emenda nº 1, da Comissão de Agropecuária e Agroindústria e segue para a Comissão de Desenvolvimento Econômico para parecer de 2º turno.

• **Guardadores de veículos** - Também foi aprovado, em 1º turno, o PL 3.730/16, do deputado Sargento Rodrigues (PTB), que prevê que a Polícia Militar de Minas Gerais manterá banco de dados com o registro de informações pessoais de guardadores e lavadores de veículos no Estado. Proposição teve mantida sua forma original e segue para a Comissão de Segurança Pública para parecer de 2º turno.

• **Terras devolutas** - Também foi aprovado em 1º turno, na forma do substitutivo nº2, da Comissão de Administração Pública, o PL 3.601/16, do deputado Tadeu Martins Leite (MDB), que dispõe sobre as terras devolutas estaduais, que não são propriedades de particulares nem do poder público. Projeto segue agora para a Comissão de Administração Pública para parecer de 2º turno.

PÁGINA PREPARADA PELA GERÊNCIA DE JORNALISMO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**MINAS GERAIS**  
DIÁLOGO EQUILÍBRIO TRABALHO

PODERES DO ESTADO  
Executivo  
GOVERNADOR FERNANDO PIMENTEL  
Legislativo  
DEPUTADO ADALCLEVER LOPES  
Judiciário  
NELSON MISSIAS DE MORAIS

Secretário de Estado de Casa Civil  
e de Relações Institucionais  
MARCO ANTÔNIO DE REZENDE TEIXEIRA

Subsecretário de Imprensa Oficial  
RAFAEL FREITAS CORRÊA